

MUDANÇA SOCIAL E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA NO BRASIL*

SOCIAL CHANGE AND ECOLOGIC MODERNIZATION IN BRAZIL

Julien Blanc**

Introdução

A reflexão que propomos aqui parte do estudo de uma dinâmica de conversão à agricultura orgânica (AO), que envolveu várias dezenas de agricultores “familiares” da hiperperiferia de São Paulo. Esses agricultores se converteram, no início da década de 1990, graças ao estímulo de membros do movimento da Teologia da Libertação e à estruturação posterior de um mercado regional em torno da grande distribuição. A integração desses agricultores a um sistema mercantil, regido por lógicas de natureza capitalista, se acompanhou de uma pro-

fissionalização da agricultura e do desenvolvimento de lógicas e estruturas empresariais. Apoiando-se na busca de racionalidades capitalistas e modernistas para responder aos desafios transversais de viabilidade econômica e de sustentabilidade ecológica, essa dinâmica remete a uma forma de modernização ecológica (GIBBS, 2000; MARDEN, 2004).

Os atores dos “movimentos agroecológicos” brasileiros, assim como inúmeros pesquisadores (LIMA; PINHEIRO, 2001; BRANDENBURG, 2008; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010), são muito críticos em relação a esse tipo de trajetória de desenvolvimento. Pre-

* Originalmente publicado com o título *Changement social et modernisation écologique au Brésil* na coletânea *Dynamiques des agricultures biologiques: effets de contexte et appropriations*. Somos gratos aos co-editores, Éditions Quae et Educagri Éditions, pela autorização da publicação desta versão em português do manuscrito. Tradução de Patrícia C.R. Reuillard e revisão de Marcelo Sampaio Carneiro

**Muséum National d’Histoire Naturelle (MNHN), Paris, França. E-mail: julien.blanc@mnhn.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7537-2763>.



gando os sistemas de certificação por controle social¹, o associacionismo e o desenvolvimento de sistemas mercantis com justa distribuição do valor (STASSARD; BRANDENBURG, 2011), eles veem nisso um risco de subordinação crescente dos agricultores ao capital, de produção de exclusão social e de formação de uma nova elite rural.

Com certeza, a integração de pequenos agricultores a circuitos orientados pela grande distribuição abre caminho para um desenvolvimento desigual, provocando exclusão e “elitização” (BLANC, 2009; BLANC; KEDAL, 2012), mas essa integração também pode ser vista como algo que traz novo fôlego à atividade agrícola e, por conseguinte, aos territórios e às populações que se beneficiam dela. É o que postularei, mostrando como a modernização ecológica pode dar aos agricultores e às suas famílias a oportunidade de resolver algumas das tensões sociais geradas pela urbanização progressiva dos modos de vida nos mundos rurais.

A demonstração que proponho enfatiza a importância de reinserir a análise das trajetórias de ecologização da agricultura em um estudo mais amplo da mudança social, sobretudo em seus componentes locais. Uma das questões em jogo é compreender como as escolhas feitas pelos atores locais “fazem sentido” para eles próprios, isto é, como fazem sentido em relação à história social e cultural singular do território estu-

do. Na qualidade de antropólogo, defendo as virtudes de uma etnografia que, embora pretenda um olhar sistêmico, dedique-se a evidenciar o caráter “situado” das dinâmicas sociais, ou seja, ressituar a ação em seu contexto, enquanto realização acima de tudo local, onde o subjetivo desempenha um papel maior. Esse desvio pelo singular, “pela unidade restrita”, ou pelas “formas locais”, conforme Kilani (2012), também constitui um meio de se distanciar do conjunto (a sociedade industrial, global) para vê-lo melhor.

1. Agricultura orgânica e agricultura familiar

No Brasil, ainda que as primícias do reconhecimento institucional da agricultura orgânica datem de 1994, será preciso esperar 2003 para que uma primeira lei sobre a agricultura orgânica seja votada, e 2009 para que ela entre em aplicação². Nesse período de instabilidade jurídica, foram as normas impostas pelos organismos certificados³, habilitados pela *International Federation of Organic Farming Movements* (IFOAM) [Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica], que ditaram referência. Entretanto, a aplicação da lei vai provocar um grande crescimento no setor, que dobrará a partir de 2009, alcançando cerca de 40%⁴ ao ano, ao invés dos

1. Incluindo principalmente os mais conhecidos, os sistemas participativos de garantia (SPGs).

2. Decreto 6.323 publicado no Diário Oficial de 27 de outubro de 2007, relativo à produção, armazenamento, transporte, comercialização, certificação de métodos de controle do conjunto da cadeia de produção e de comercialização. Coloca em aplicação, a Lei 10.381 de 23 de dezembro de 2003. Depois, a Instrução Normativa, no 19, de 28 de maio de 2009, finaliza a aplicação.

3. Os primeiros certificadores em atividade no Brasil foram sobretudo o IBD (São Paulo), o AAO (São Paulo), o ECOCERT (França) e a *Coolméia Cooperativa Ecológica* (Rio Grande do Sul).

4. Ver, por exemplo, as edições de 19/11/2012 e de 26/02/2013 do Correio do Estado, jornal nacional indicando dados fornecidos por diferentes agências (*Organics Brasil, BrasilBio*) e ministérios ou direção de ministérios brasileiros.

20% de crescimento anual até então (em volumes de transações).

O número exato de produtores ou de unidades de produção envolvidos nessa atividade permanece um enigma. Os dados mais recentes divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) registram 11.524 detentores de uma certificação orgânica (SOUZA; RAMOS; MONTEIRO, 2013), mas não dão acesso direto ao número de produtores orgânicos visto que esses “detentores” representam ao mesmo tempo unidades de produção, associações de produtores, cooperativas ou empresas de comercialização. Para o MAPA, essa cifra subestima, em muito, o número de produtores certificados no país.

De acordo com o recenseamento agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, o Brasil abrigaria 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, mais de 80% delas sendo “familiares”. No setor da agricultura

orgânica, aqui definida como englobando todas as agriculturas de base ecológica com o selo AO, os agricultores “familiares” também são, desde o início, amplamente majoritários. Eles representariam igualmente cerca de 80% do efetivo total dos produtores orgânicos do país⁵ e participam dos diferentes tipos de circuitos agroalimentares que estruturam o setor (ver Quadro 1). Além disso, ocupam um lugar especial na progressão futura da agricultura orgânica brasileira. Primeiramente, porque mais de 90 mil praticariam a agricultura orgânica de maneira informal⁶, devendo a maioria formalizar sua situação no âmbito da aplicação da lei de 2009. Em seguida, porque os 4,3 milhões de estabelecimentos de produção “familiares” do país constituem, do ponto de vista dos poderes públicos, o “público cativo” privilegiado para o desenvolvimento dessas agriculturas de base ecológica.

5. <http://www.ecodebate.com.br/2011/06/30/estudo-levanta-a-situacao-atual-da-agricultura-de-base-ecologica-no-brasil-e-em-sao-paulo/>

6. O Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) indicou a existência de 90.498 agricultores orgânicos no país, dos quais apenas 5.106 eram efetivamente certificados; os outros consideravam poder pretender ao selo, em vista de práticas que correspondiam às condições de obtenção.

Quadro 1– Os diferentes circuitos agroalimentares da produção orgânica no Brasil, em 2010

Circuitos	Época de iniciação	Situação atual	Representação dos agricultores familiares	Comentários
Exportação (Europa, EUA, Japão)	Início / meados da década de 1990	Em 2009, canalizam 60% das transações do setor	Pequena	Principal motor de crescimento da agricultura orgânica na década de 1990
Redes alternativas (doméstica)	Início em 1990	Desconhecida (<30% do mercado doméstico). Em forte crescimento desde a votação da lei	Únicos representantes	Historicamente, os primeiros deram continuidade aos esquemas impulsionados pelos movimentos críticos civis e religiosos, herdados pela militância “agroecológica”
Grande distribuição (doméstica)	Meados da década de 1990	Em 2011, canalizam 70% das vendas de produtos orgânicos no mercado doméstico	Média / grande	Constituíram, ao longo dos anos 2000, o principal motor de crescimento do mercado interno orgânico (cerca de 25% de progressão anual)
Mercados públicos (doméstica)	2003	Desconhecida, mas em forte crescimento	Únicos representantes	Implementação no âmbito do programa “Fome Zero” e do fornecimento de merenda escolar
Pequenos comércios especializados, restauração e pequenas marcas	2000 (estado de “traços”)	Desconhecida, mas em forte crescimento nos grandes centros urbanos a partir do início da década de 2010	Grande	

Adaptado de Brandenburg, 2008; Schultz, 2006; IBGE, 2006; Blanc e Kedal, 2012

Resta saber quais orientações (produtivas e mercantis) esses pequenos agricultores praticarão no setor. Por um lado, o governo federal, durante os governos Lula e Dilma, principalmente por intermédio do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁷ acompanhava o desejo dos movimentos sociais de se servir da agricultura orgânica como uma alavanca de desenvolvimento – socialmente justa – para a pequena agricultura. O reconhecimento dos sistemas participativos de garantia (SPG) e de controle social (OCS) pela lei sobre a agricultura orgânica constitui um indicativo disso, visto que oferece aos agricultores menos capitalizados a possibilidade de integrar o setor e favorece, ao mesmo tempo, a multiplicação de sistemas mercantis mais justos e solidários (FONSECA, 2005). Por outro lado, os mercados mais “convencionais” mostram uma grande vitalidade, e a estruturação de ramos mais clássicos constitui também uma prioridade governamental, em matéria de desenvolvimento da agricultura orgânica. É principalmente isso que mostra o ambicioso programa nacional que procurou levar a agricultura orgânica para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esses dois eventos foram considerados como poderosos catalisadores da progressão da oferta e da procura no país, e da estruturação dos ramos nos estados e na Federação, conjuntamente. No que toca à produção, a centralidade do dispositivo recai sobre os pequenos e médios produtores do país (que contribuem com 95% da produção nacional), mas a grande

distribuição também já se posicionou fortemente nesse nicho.

Pode-se então concluir que tudo estaria funcionando muito bem, já que a complementaridade entre as diferentes modalidades (potenciais) de integração dos pequenos agricultores, ao setor da agricultura orgânica, constituiria a garantia de um desenvolvimento harmonioso do setor? Talvez. Cabe salientar, no entanto, que essa complementaridade resulta, acima de tudo, de lógicas conflitivas nos espaços nos quais se articula o desenvolvimento agrário e rural brasileiro. Os defensores da via “alternativa” e da via do “mercado” se confrontam, pois cada uma dessas vias remete a projetos distintos não somente para a agricultura familiar, mas também para a sociedade brasileira como um todo. De fato, impõe-se, de maneira subjacente, o projeto global de construção de uma classe média brasileira, desafio maior dos governos de orientação trabalhista no poder desde 2003, em cujos projetos se inserem os programas de agricultura familiar. Nesse sentido, as perspectivas de um mercado aberto para uma boa parte dos 23 milhões de indivíduos inscritos em uma atividade agrícola de tipo “familiar” seria, portanto, um trampolim para a inclusão econômica dessa população na sociedade brasileira, contribuindo para transformá-la em consumidores, atores do crescimento e do dinamismo econômico do país⁸. Em outras palavras, se a inclusão dos agricultores familiares em sistemas mercantis justos e solidários constitui um desafio proclamado por certos órgãos do governo, transformar esses

7. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 1998, e extinto pelo governo Michel Temer em maio de 2016. Durante o período de sua existência, o MDA desenvolveu políticas públicas voltadas para o público da agricultura familiar, enquanto o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), mais longo, se ocupava do fomento ao chamado agronegócio.

8. Nos últimos dez anos, 35 milhões de brasileiros saíram da pobreza, contribuindo para aumentar o consumo no mercado interno e reforçando as bases da sociedade brasileira.

agricultores em consumidores potenciais seria outro desafio. Para isso, sua inserção em sistemas mercantis capazes de gerar lucros substanciais e até acumulação de capital constitui uma passagem obrigatória.

2. Trajetórias locais de desenvolvimento da agricultura orgânica

O espaço geográfico de minhas pesquisas – o bairro rural Veravá – se encontra no extremo sudoeste do município de Ibiúna (SP). Localizado a 70 quilômetros a oeste da capital, esse município pertence ao novo cinturão verde da megalópole. A maioria de sua população é rural (46.278 de um total de 71.228 habitantes), e a cidade de Ibiúna, situada em seu extremo norte, é a única concentração urbana do território. Veravá tem cerca de 30 km², com uma densidade populacional⁹ de 50 hab/km². Trata-se de um espaço com forte cobertura florestal, particularmente ondulado e úmido para o município, caracterizado por habitações bem distantes umas das outras. Esse território, assim como todo o município de Ibiúna, constitui uma zona que atrai cada vez mais o interesse dos moradores da megalópole, que passam fins de semana e férias em suas casas de campo, e do setor de atividades turísticas (pesca em açude, clubes de lazer). No entanto, é a agricultura que ainda desempenha um papel preponderante ali. É impossível saber com exatidão quantos indivíduos ela mobiliza, mas, segundo os moradores, a pluriatividade se tornou obrigatória para a renda de mais da metade das famílias.

2.1. Pequena história local da agricultura orgânica

No bairro Veravá, a agricultura orgânica surge bem no início da década de 1990, impulsionada por membros do ramo progressista da Igreja católica. Em consonância com a militância social de então, esses indivíduos implementam um programa de revitalização da agricultura local, que busca construir um sistema de comercialização ligando os agricultores locais a comunidades desfavorecidas da periferia de São Paulo, e reorientar a agricultura local para uma produção orgânica e autônoma – os militantes procuraram, nesse momento, ajudar agricultores que se encontravam em grande dificuldade. Especializados em hortifrutigranjeiros, desde meados dos anos 1970, estes enfrentam, no mercado da capital, uma concorrência crescente das regiões vizinhas, assim como uma repetida falta de pagamento de seus parceiros principais, ou seja, os comerciantes que atuam na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) na capital paulista.

Contudo, esse programa logo perde vitalidade (1993) e dá lugar à construção de um circuito mais formal de distribuição, que tem em supermercados da capital seus parceiros comerciais principais – Carrefour e Pão de Açúcar¹⁰. Essa nova parceria vai impulsionar muito o desenvolvimento local da agricultura orgânica: enquanto apenas 11 produtores haviam se convertido em 1993, mais 20 optaram pela agricultura orgânica em 1997. Três anos mais tarde, em 2000, 50 deles já terão se convertido, ou seja, perto de 80% dos agricultores desse território.

9. Estimativa pessoal. Não há nenhum dado demográfico relativo a esse espaço geográfico.

10. A marca *Pão de Açúcar* pertence atualmente ao grupo *Casino*.

Já em 1995, surge a empresa *Horta e Arte* (*H & A*), que funciona na prática como um intermediário privado, embora criada como uma associação (BLANC; KEDAL, 2012), para garantir a intermediação com a grande distribuição. Ela assume o essencial das tarefas relativas à preparação, venda e distribuição dos produtos, administrando o planejamento da produção do coletivo. Esse agente intermediário vai desempenhar um papel crucial para o acesso dos agricultores a esse mercado, possibilitando-lhes atender a regras de transação muito formais e complexas, que exigem capacidade crítica, regularidade e planejamento do fornecimento (BLANC; KEDAL, 2012).

Durante mais de dez anos, *Horta e Arte* vai garantir um canal seguro de comercialização aos produtores, assim como a difusão de uma competência técnica ligada à produção (planejamento da plantação, trabalho agrícola) por meio de um sistema integrado de assistência técnica e de fornecimento de insumos. Ela assumirá também as tarefas administrativas e técnicas ligadas à certificação da produção e da comercialização. Em compensação, os agricultores dependerão totalmente dessa estrutura, que lhes impõe uma cláusula de exclusividade a partir do ano 2000. Só um pequeno grupo de agricultores quebrará esse monopólio, criando sua própria associação com sistema de certificação em grupo – a Associação dos Produtores Orgânicos do Bairro do Veravá (APROVE). Alguns meses mais tarde, eles se associarão a uma cooperativa regional, a Cooperativa Agropecuária de Ibiúna (CAISP), para formar o ramo orgânico.

Esse primeiro período de introdução e de consolidação da agricultura orgânica no bairro sofrerá uma mudança importante em 2008, com a quase falência da *Horta e Arte*. A redução drástica de suas atividades dei-

xou os agricultores locais sem possibilidade de comercialização imediata e muitos ficaram endividados, devido a quatro meses de falta de pagamento, no período que precedeu a falência. Para enfrentar essa situação, os agricultores resolveram criar uma nova associação, a Associação dos Produtores Unificados (APROUNI), e uma cooperativa, a Cooperativa dos Agricultores Orgânicos e Solidários de Ibiúna (COAGRIS), com atividades voltadas respectivamente para a gestão de uma certificação de grupo e para a comercialização. Durante praticamente dois anos, graças a essas duas estruturas, eles contaram com diferentes intermediários. Entretanto, desde 2010, essa ferramenta de comercialização foi abandonada devido a fortes tensões entre os membros do coletivo.

A partir de 2010, a entrada maciça no mercado de cadeias de restaurantes e de lojas de frutas e legumes no setor, assim como a criação de sistemas de venda em cestas e de feiras especializadas, provocaram um aumento da produção. Esse fenômeno, que ilustra uma nova fase de amadurecimento do setor de produtos orgânicos brasileiro, possibilitou uma diversificação dos cenários de produção e de distribuição que os agricultores de Veravá tentam progressivamente aproveitar.

A trajetória de desenvolvimento da agricultura orgânica no Veravá é, portanto, marcada por diferentes reviravoltas que se explicam em parte pela evolução do setor e pela intervenção, tanto sincrônica quanto diacrônica, de uma grande quantidade de atores, responsáveis por uma série de intermediações entre os agricultores e diferentes esferas de atividade: científicas (produção de saberes), econômicas (comercialização) e políticas (acesso a financiamentos públicos), principalmente. Embora a substituição

dos atores iniciais da militância social por adeptos de lógicas econômicas mais ortodoxas, tenha constituído um elemento determinante nas trajetórias dos agricultores locais, isso não provocou o desaparecimento definitivo da corrente de intermediação “alternativa”, que reemergiu fortemente a partir de 2006, por meio da atividade de diferentes atores ligados à militância agroecológica¹¹.

2.2. Diversidade das estruturas produtivas e comerciais

A integração dos agricultores em cadeias formais de atores confrontou-os a regras de funcionamento que eles desconheciam até então, e inseriu-os em um ambiente econômico de forte concorrência. Desse modo, precisaram adquirir progressivamente novas competências, tanto em matéria de produção (tecnicidade) quanto de organização do trabalho ou de contabilidade e de gestão, e também criar ferramentas de produção totalmente novas. Para esses pequenos agricultores, conseguir crédito, mão de obra com competências específicas, bem como mobilizar e estabilizar terras para produzir e aceder ao saber e à informação, se tornaram grandes desafios. Criou-se uma dinâmica de profissionalização e de segmentação do trabalho nas unidades de produção, acentuada pelas exigências ligadas à certificação. Com o tempo, essas exigências aumentarão, aliás, devido ao aumento progressivo da aplicação das normas de produção e de rastreabilidade, e à gestão dessas certificações pelos próprios agricultores, após a saída de *Horta & Arte*.

A transformação das estruturas produtivas e comerciais seguiu, nesse local, diferentes trajetórias, gerando uma grande diversidade, conforme a tipologia abaixo descrita.

TIPOLOGIA SUMÁRIA DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS E COMERCIAIS

Tipo 1 (T1): ilustra uma tendência categoricamente empresarial e modernista marcada por uma forte dinâmica de investimento na ferramenta de produção (inclusive fundiária). Embora baseado em uma estrutura familiar, o trabalho, fortemente segmentado, é executado em grande parte por indivíduos não ligados à família. Essas estruturas são verdadeiras pequenas empresas que empregam até 15 pessoas em regimes diferenciados (empregados, arrendatários, parceiros) e muito inovadores na região (BLANC, 2009). As superfícies exploradas podem alcançar mais de 10 hectares, terras mobilizadas na rede familiar, compradas ou alugadas de outros moradores do local (às vezes, agricultores).

Tipo 2 (T2): corresponde a uma tendência mais recente, igualmente empresarial, mas parcialmente baseada no trabalho de intermediação. Os agricultores mantêm sua atividade de produção, mas a partir de ferramentas de produção mais modestas, explorando 4 ou 5 hectares, em geral entregues para arrendatários. Paralelamente, desenvolvem uma atividade de compra-revenda; boa parte de suas vendas é realizada a partir da produção de seus vizinhos e, no caso de alguns, de produtos oriundos de fazendas mais distantes. Ao contrário dos anteriores, os investimentos são realizados na atividade de compra-revenda (logística, estação de limpeza e de embalagem certificada dos produtos, empregados).

11. Desenvolvo mais detalhadamente esses aspectos em um artigo escrito com Isabel Georges, sobre a governança agroecológica no Brasil (ver Blanc e Georges, 2019).

Tipo 3 (T3): agrupa as estruturas caracterizadas por uma organização totalmente familiar e que se limita à produção sem grande concentração fundiária. Produzindo em superfícies de 3 ou 4 hectares, eles conseguem se manter como podem apostando na autonomia – que lhes permite minimizar seus custos de produção, posicionando-se em nichos mais rentáveis (seleção de produtos raros) e mobilizando outras formas de renda obtida por um dos membros da família em atividades não agrícolas (geralmente mulheres).

2.3. Os jovens e as mulheres no centro das recombinações produtivas

A maioria dos líderes atuais das explorações agrícolas e das empresas mais dinâmicas da região (T1 e T2) são jovens recém-chegados aos 30 anos de idade. Nascidos no início da década de 1980, viveram a abertura da região e obtiveram um nível mais elevado de escolaridade. Antes que a agricultura orgânica se ampliasse na região, alguns tinham ido trabalhar fora dali, na área comercial ou técnica. De espírito mais “aberto”, eles contribuem, em muito, para promover a agricultura orgânica na região, graças ao seu espírito de iniciativa, aos vínculos externos criados e aos conhecimentos que trazem de suas redes de relações mais amplas. Dirigem essas diferentes empresas bem familiares seguindo esquemas organizacionais, às vezes muito complexos, buscando aliados e parceiros mais distantes nas ramificações familiares.

Em oposição, os excluídos e/ou marginalizados, que também existem, se encontram principalmente entre os que têm acima de 50 anos. Essa faixa etária reúne indi-

víduos com pouca instrução, e que cresceram numa época em que esse território ainda não se abria para o exterior e que tinha contatos muito limitados com a cidade. Entre eles, há os que romperam com a família e os que vêm de família que, quase inteira, foi para a cidade com os filhos. Isolados socialmente, não contaram com a família para conseguirem se apropriar desse novo contexto.

Outra característica marcante desses arranjos familiares ampliados é o papel crucial dos jovens (15-20 anos) e das mulheres (20-30 anos). Os jovens se beneficiaram diretamente dos resultados da agricultura orgânica e puderam, graças à melhoria da renda de seus pais, estudar mais tempo do que seus ascendentes. Muitos concluíram o ensino médio e outros fizeram cursos de nível superior, geralmente com formações curtas e profissionalizantes. Esses jovens, de ambos os sexos, constituem recursos essenciais para certas famílias, se ocupando de tarefas (informatizadas) ligadas à certificação, à implantação do sistema de comunicação das pequenas empresas (informática, internet, telefonia, site) e/ou à gestão da empresa – atividades que requerem não somente competências específicas, mas também um tipo de cuidado e inclinação que seus pais não têm, necessariamente. O mesmo acontece com mulheres jovens que, em geral, têm um nível de instrução superior aos rapazes e que, concomitantemente à participação nas diferentes tarefas de gestão e certificação, também contribuem, muitas vezes, para a estabilidade da renda familiar, trabalhando fora de casa em empregos qualificados nas empresas de lazer ou nas poucas empresas não agrícolas do território¹².

12. Principalmente, fábrica de engarrafamento de água mineral, de fabricação de massas e de produção elétrica.

2.4 Dinâmicas coletivas que não decolam

A história da agricultura orgânica no Veravá é também a dos coletivos profissionais que vão se articular e se desunir no bairro a partir de meados dos anos 1990. Antes da chegada da agricultura orgânica, não havia esse tipo de coletivos, e os agricultores comercializavam suas mercadorias individualmente de maneira não-coordenada¹³, seja na central de compras (CEAGESP) de São Paulo, seja em feiras. Foi a transição para a agricultura orgânica e, em particular, a decisão de orientar a comercialização para a grande distribuição que desencadeou a constituição do primeiro coletivo profissional no Veravá (*Horta & Arte*). Outros coletivos vieram depois, a partir de dois grandes objetivos comuns: a intermediação com organismos de comercialização (intermediários de mercado ou distribuidores) e a obtenção de certificações de grupo.

Cabe destacar que a atividade de intermediação diz respeito a um elevado número de tarefas, que requerem competências via de regra muito especializadas, variadas e que tomam tempo, sobretudo em um mercado normatizado como o da agricultura orgânica, onde as exigências ligadas à certificação só aumentam as dificuldades¹⁴. As exigências de trabalho coletivo e de coordenação são muito grandes, a menos que se deleguem essas tarefas a terceiros. Os agricultores delegaram muito à *Horta & Arte*, mas a transferência das responsabilidades para indivíduos “externos” sempre foi a regra no Veravá – à exceção da associa-

ção APROVE. Isso não acontece unicamente por falta de competência ou tempo, mesmo que esses fatores tenham um papel essencial, mas também porque os agricultores têm muitas dificuldades para trabalharem juntos. É o que revela principalmente a experiência fracassada da COAGRIS, marcada pela reticência da maioria em se envolver no funcionamento dessa cooperativa e por uma grande “falta de confiança” entre os agricultores do grupo¹⁵. O caso da APROVE também mostra isso: depois de ter funcionado durante vários anos, a associação se desfez em razão de conflitos de interesse e de desacordos estratégicos que os agricultores não conseguiram resolver.

2.5 As mutações agrícolas à prova da mudança social

2.5.1. Uma desintegração progressiva da organização social “tradicional”

Esse breve relato das trajetórias de desenvolvimento da agricultura orgânica no Veravá constituiu uma preliminar para a análise dos antecedentes da modernização ecológica local. Retomarei agora diferentes aspectos históricos e sociais desse bairro a fim de esclarecer as dinâmicas apresentadas até agora.

A história de Veravá começa bem no final do século XIX, quando lá se instalam várias famílias migrantes oriundas da Itália e Espanha, ou brasileiros em busca de sedentarização. A maioria dos agricultores atuais descende daquelas famílias históri-

13. A parte algumas parcerias ou arranjos logísticos para encaminhar a produção para os locais de venda.

14. Essas tarefas incluem principalmente o planejamento (coletivo) da produção, a definição das estratégias comerciais, a da repartição no grupo dos custos e lucros, mas também a gestão (contábil e humana) das estruturas associativas ou cooperativas em si, as questões de logística ou ainda a gestão da certificação (coleta de dados, normalização, transmissões, etc.).

15. Essas observações também valem para o coletivo APROUNI.

cas ou constituídas por indivíduos que fizeram alianças com elas nas três ou quatro últimas décadas.

O teor dos depoimentos coletados no local coincide com as análises mais gerais produzidas nos anos 1960 e 1970 sobre os “bairros rurais” do Estado de São Paulo (CÂNDIDO, 1964; MULLER, 1966; QUEIROZ, 1973). Tais pesquisadores descrevem uma organização social estruturada em dois níveis: o “grupo doméstico”, que reúne indivíduos com forte parentesco, morando em uma pequena aglomeração de habitações vizinhas, e o “grupo local”, que agrega diferentes grupos domésticos entre si pelo jogo combinado de relações de parentesco e de compadrio/apadrinhamento¹⁶, cooperações vicinais, atividades lúdicas e religiosas e práticas de ajuda mútua no trabalho, mais ou menos “institucionalizadas” (lavoura, construção de casas, conserto da capela, de uma ponte, de uma estrada etc.). Enquanto a similaridade das condições de vida e de trabalho dos moradores produz pouca diferenciação social, a ausência de hierarquia parece ser a regra no grupo local. Todos os moradores do bairro participam, em princípio, da organização das festas religiosas e das festas de bairro, ao passo que o mutirão¹⁷ representa diversas formas de trabalho coletivo em benefício dos “bens comuns” ou de uma atividade que requeira uma força de trabalho que ultrapasse as capacidades imediatas do grupo doméstico. Algumas festas religiosas e de bairro são também organizadas para coletar recursos para manter a capela, a formação do mutirão ou a realização de obras no bairro, ilustrando como

essas práticas, amplamente institucionalizadas de solidariedade grupal, criam laços estreitos entre as esferas do religioso, do trabalho e do lúdico. Segundo esses autores, a formação dos “bairros rurais” seria marcada por um processo de construção identitária coletiva, já que o sentimento de pertencimento, assim como a participação nos diferentes sistemas de atividades, constituem a própria base de sua delimitação.

No entanto, não resta grande coisa desses modos de organização que parecem ter existido também no Veravá. Desde os anos 1940, com o desenvolvimento da economia florestal no Estado, a intensificação das relações com a cidade se acentua subitamente e a monetarização das trocas vai pouco a pouco impregnar a vida local. O acesso aos bens de consumo aumenta, e as práticas de autossustentação diminuem, ao passo que os sistemas de troca de trabalho ou de trabalho coletivo darão seus primeiros sinais de desgaste. A regressão progressiva da exploração de madeira, a partir dos anos 1960, e sua substituição pela agricultura como atividade de renda apoiada em uma revolução verde, vão acelerar a integração das famílias locais a uma economia monetizada e aberta para o exterior. Os testemunhos concordam que a década de 1970 é a época em que as trocas de jornadas de trabalho e mutirão vão definitivamente desaparecer, em proveito de serviços monetários que beneficiam os que têm mais competências. Os anos 1980 verão o fim dos modos de organização social e de vida “rústica” herdados das primeiras gerações. Nesse período, construiu-se uma estrada de

16. O dispositivo ritual do batismo desinveste a relação de paternidade em proveito da relação de apadrinhamento e coloca o pai na posição de tributário [do padrinho], eternamente devedor desse dom quase divino (ARAÚJO, 1993 apud BOYER, 1997).

17. Derivado da palavra tupi *motyro*, que significa “trabalho em comum”.

asfalto ligando o bairro à estrada principal Ibiúna-São Paulo e chega a eletrificação (1982). A partir de então, os sistemas de atividades vão se diversificar devido à multiplicação das casas de férias (que precisam de caseiros e de manutenção), dos espaços de turismo e das poucas indústrias leves que vão se implantar ali e nas cercanias. Essa diversificação – com as novas facilidades de acesso aos grandes centros urbanos da hiperperiferia da região metropolitana de São Paulo (RMSP) – também contribuirá para um aumento significativo do número de moradores permanentes não originários do lugar¹⁸, para a emigração de numerosos descendentes das famílias locais e para uma forte progressão da pluriatividade dessas mesmas famílias. Essas transformações se acompanham não apenas de uma aceleração do processo de diferenciação social, mas igualmente de uma perda de importância da Igreja católica e de seu poder unificador, marcada por disfunções (principalmente pecuniárias) e pela concorrência de novos cultos (desenvolvimento das correntes messiânicas).

Deste modo, embora hoje em dia todos os agricultores tenham laços de parentesco mais ou menos estreitos e compartilhem uma história, esta é também a da desintegração progressiva de um modo de organização social “tradicional” marcado pela intensidade da reciprocidade generalizada, tanto no âmbito do trabalho (trocas de serviços, trabalhos comuns) quanto na esfera lúdico-religiosa. Os laços de solidariedade comunitária se ataram e desataram em torno de arranjos familiares mais estreitos e de alianças mais seletivas, enquanto se fortalecia uma individuação das trajetórias sociais.

2.5.2. Entre emergência de novas configurações familiares e apatia social

Em um artigo coescrito com Isabel Georges (GEORGES; BLANC, 2013), analisamos a emergência desses novos arranjos familiares e a singularização concomitante das trajetórias sociais no Veravá, destacando sua estreita relação com a passagem à agricultura orgânica. Como vimos, as reorganizações produtivas na era da agricultura orgânica se traduzem por rearranjos importantes entre as gerações, mas também entre os homens e as mulheres: o elemento inovador é um novo tipo de contribuição dos jovens e/ou das mulheres, baseada na aquisição e no reconhecimento de competências mais específicas do que antes. Embora se pudesse imaginar que seu acesso aos estudos (comerciais e/ou administrativos) os predispuesse a abandonar a atividade familiar e seguir o caminho do êxodo rural, produz-se o contrário: a exploração familiar se mostra como uma oportunidade de perspectiva profissional e, ao mesmo tempo, de condições de vida consideradas interessantes. Nesse sentido, a proximidade de um mercado diversificado e de uma oferta escolar considerável no cinturão verde de São Paulo constituem recursos para a perenidade das unidades agrícolas, e as especificidades de uma dinâmica de modernização ecológica contribuem então para a renovação interna e para a continuidade dessa forma de agricultura. Ela permite reunir tarefas de produção na mesma célula familiar sem, todavia, atrapalhar os diferentes membros individuais, homens e mulheres, de idades e de níveis distintos de qualificação, em seus projetos atuais e futuros. Va-

18. Que hoje constituem cerca de 30 % dos moradores do bairro Veravá.

le lembrar que essas transformações das relações familiares não são específicas ao Veravá, mas bem representativas de mutações que atingem amplos segmentos da sociedade brasileira. Guimarães (2012) e Lombardi (2012) mostram que as evoluções da divisão social e sexual do trabalho se relacionam com uma transformação geral da atividade feminina no país, mesmo que suas análises se baseiem, mais especificamente, nos mundos urbanos. Carneiro (1998) ou Novaes e Vanuchi (2004) demonstram, por sua vez, como os jovens que hoje vivem essas situações de franjas urbanas, sofrem, por toda parte, as tensões entre um projeto de vida individualizado na cidade e um projeto de vida coletivo, de ordem familiar (Carneiro, 1998). No Veravá, parece que a agricultura orgânica contribuiu, talvez temporariamente, para resolver essas tensões, permitindo que lógicas potencialmente conflitivas se articulassem nesse movimento geral de modernização ecológica.

Portanto, as transformações sociais no Veravá são marcadas por um duplo movimento: de desintegração dos laços de solidariedade comunitária e de fortalecimento em torno de alianças mais seletivas. Esse movimento explica, por um lado, de que maneira a família constitui hoje um recurso chave, no qual se rearranjam as atividades e se mobilizam as novas competências; e, por outro lado, os coletivos profissionais, por definição mais amplos e marcados por essa fragmentação social, enfrentam dificuldades para funcionar. Entretanto, não se deve pensar que os arranjos familiares que apresentei como constituindo o fundamento contemporâneo das dinâmicas produtivas e comerciais constituam o único quadro das relações de reciprocidade obser-

váveis nessa população¹⁹. Ainda assim, afirmam-se hoje como nós de relações econômicas e sociais centrais.

Esse duplo movimento explica, ao mesmo tempo, a sensação experimentada pelos habitantes locais, herdeiros das famílias fundadoras, de perda de controle das dinâmicas e trajetórias sociais e econômicas de seu território. Enquanto as redes de sociabilidade foram fortemente atingidas, a ação pública não conseguiu contrabalançar o que, no passado, era gerido e articulado coletivamente, e hoje não o é mais. Os espaços de atividade coletiva desapareceram e, mesmo que o ano permaneça pontuado por algumas festas religiosas ou privadas (aniversários, casamentos), isso não basta para conter as forças responsáveis pela fragmentação e pela dissolução dos laços sociais. De fato, parece que uma certa “cultura da apatia” (DOUGLAS, 2007) se instalou no Veravá: o sentimento de pertencimento coletivo enfraqueceu profundamente, assim como a capacidade para se projetar no futuro enquanto grupo. A decepção substituiu a esperança, dificultando a capacidade dos habitantes de produzir sentido coletivamente.

Considerações finais

Este artigo não pretende afirmar que a modernização ecológica é o único caminho para uma resposta válida aos desafios levantados pelas transformações sociais em andamento nesse território. Contudo, percebe-se que os modelos “alternativos”, regidos no Brasil por uma miríade de organizações da sociedade civil organizada, não funcionam para todo mundo. Por serem orientados por princípios de autonomia camponesa, de economia solidária ou de democra-

19. Ver Blanc, 2009, para mais precisões.

cia participativa, e por recusarem as perspectivas de integração dos pequenos agricultores ao sistema mercantil dominante e, com ela, as possibilidades decorrentes de acumular capital, esses projetos se chocam frequentemente com dificuldades de apropriação por parte das populações almeçadas. De fato, se é inegável que a atividade da militância agroecológica é muito bem-sucedida no Brasil, vê-se também claramente que o tipo de funcionamento societal que ela busca colide muitas vezes com uma realidade social pouco propícia à sua implantação, com aspirações e modos de vida voltados, por um lado, desde o início para a modernidade e o consumismo, e relações sociais que dificilmente facilitam dinâmicas associativas e participativas, por outro. É o que mostra a história da agricultura orgânica no Veravá, onde as propostas alternativas dos integrantes da Teologia da Libertação no início, e de indivíduos ligados à militância agroecológica brasileira a partir de meados dos anos 2000, não conseguiram se impor. Ao contrário, opções voltadas para uma modernização ecológica parecem ter constituído um quadro adaptado para resolver um certo número de tensões ligadas à mudança: elas permitem que lógicas individuais potencialmente conflitivas dentro da família se articulem, enquanto facilitam uma certa recomposição do tecido social por meio das alianças, certamente seletivas, mas que se apoiam no vigor econômico para operar. Essas dinâmicas de modernização econômica contribuem para gerar diferenciação social, ao originar uma nova elite rural e novas formas de desigualdades sociais. Do mesmo modo, aqui como em outros lugares, elas provavelmente não conseguem impedir a desintegração das formas tradicionais de organizações sociais de tipos “comunitários”, nem mesmo substituí-las por lógicas “associativistas”

mais modernas. Mas, de fato, esse tipo de dinâmica, apesar de todos seus defeitos, parece poder contribuir para a manutenção da agricultura em um contexto de forte pressão urbana, para o retorno dos jovens a essa atividade, para a construção de territórios de qualidade no plano ecológico e de uma qualidade sanitária benéfica para os trabalhadores agrícolas e para os consumidores. Haveria, portanto, contextos em que aceitar a modernização ecológica equivaleria a um compromisso passível de ser aceito até para os defensores de uma alternativa radical? Isso não refletiria a ambivalência de um projeto governamental brasileiro que almeja transformar segmentos de população mais desfavorecidos em consumidores de massa, enquanto favorece sua emancipação política e social através de sua integração em redes “alternativas”, que defendem justamente uma postura crítica em relação à sociedade de consumo? Seria mais um exemplo da ambiguidade de nossas aspirações a fazer do desenvolvimento sustentável algo além de um oxímoro ou a buscar se reinventar em formas de modernidades alternativas (FOYER, 2010)?

Busquei também enfatizar a importância dos efeitos do contexto nas trajetórias locais da agricultura orgânica. Haveria muitas outras maneiras de abordar essa questão de “contexto-dependência” e, em particular, de destacar os diferentes papéis que representa a proximidade do Veravá de um grande centro urbano. Sem essa particularidade, provavelmente jamais teria havido orientação para a produção de hortifrutigranjeiros nesse bairro, dadas as imposições da oferta de produtos altamente perecíveis nos locais de consumo, sempre muito grandes no Brasil. O mesmo acontece com o relacionamento dos agricultores locais e a grande distribuição, muito precoce em relação à história da agricultura orgânica no país²⁰, e que

se beneficiou muito desses acessos facilitados à cidade para ganhar amplitude. Ainda hoje, a capacidade dos agricultores para desenvolver estratégias (múltiplas) de venda direta se apoia amplamente nessa facilidade de acesso a grandes polos de consumo urbano. Essa proximidade física é, além disso, uma proximidade social no sentido de facilitar a relação entre atores oriundos da cidade e do mundo rural, favorecendo então a inovação social e econômica. Todavia, escolhi aqui uma focalização nas transformações da organização social e dos modos de vida em um espaço rural de franja urbana.

Concluirei com uma breve reflexão sobre esse exercício. Em primeiro lugar, não se tratava evidentemente de abraçar qualquer determinismo: o estudo do contexto local não permite de modo algum dar conta de maneira unívoca das trajetórias locais como se ele determinasse *plenamente* – em suas interações com as “forças externas”²¹ –, as orientações específicas da mudança. A explicitação do contexto local possibilitou, no máximo, mostrar que as trajetórias da agricultura orgânica no Veravá não são *incoerentes* com algumas das condições sociais locais que ali prevalecem e/ou as formas assumidas pela mudança. Em segundo lugar, na esteira de Mondher Kilani, considero que, mesmo sendo necessário se precaver contra um “entusiasmo sem limites pelo local”, é imperativo que “o objeto antropológico se encarne em um momento ou outro em trajetórias singulares” (KILANI, 2012, p. 5). Somente assim ele pode “tornar inteligível as experiências cruzadas do local e do global, da diferença e da semelhança, da construção e da destruição cultural” (p.5). Foi essa perspectiva que norteou este trabalho.

20. *H&A* é pioneira neste ramo no Brasil.

21. Retomo voluntariamente uma expressão cara às abordagens marxistas e neomarxistas.

Referências

ARAÚJO, R. La cité domestique. Stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne. 1993. 377 f. Tese (Doutorado em Etnologia) – Université de Paris X-Nanterre, Paris, 1993.

BERGMAN, J. K. Bairro Veravá e a rede do Sertão, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BLANC, J.; GEORGES, I. Agroecologia e agricultura familiar no Brasil: para uma transcendência das concepções duais”, In: SOUZA, O. T. et al. Diálogos Contemporâneos acerca da questão agrária e da agricultura familiar no Brasil e na França, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 269-292.

BLANC, J. Family farmers and major retail chains in the Brazilian organic sector: Assessing new development pathways. A case study in a peri-urban district of São Paulo, *Journal of Rural Studies*, v. 25, n.3, p. 322-332, 2009.

BLANC, J.; KLEDAL, P.R. . The organic sector of Brazil: prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. *Journal of Rural Studies*, v. 28, n. 1, p. 142-154, 2012.

BOYER, V. Approches sociologiques et anthropologiques du pentecôtisme: le cas brésilien. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. BAC: Biblioteca dos Autores del Centro. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/30435584_Aproches_sociologiques_et_anthropologiques_du_pentecotisme_le_cas_bresilien2005>. Acesso em: 01/12/2020.

BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives, *Natures Sciences Sociétés*, v. 16, p. 142-147, 2008.

Candido, A. Os parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos

- seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 1964. Coleção Espírito Crítico.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- DOUGLAS, M. Pour ne plus entendre parler de la "culture traditionnelle". *Revue du MAUSS*, v. 29, n. 1, p. 479-516, 2007.
- FONSSECA, M. F. D. A. C. A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. 2005. 468 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2005.
- GEORGES, I.; BLANC, J. L'émergence de l'agriculture biologique au Brésil: une aubaine pour l'agriculture familiale? Le cas de producteurs de la ceinture verte de la ville de São Paulo. *Autrepart*, v. 1, p. 121-137, 2013.
- GIBBS, D. Ecological modernisation, regional economic development and regional development agencies. *Geoforum*, v. 31, n. 1, p. 9-19, 2000.
- GUIMARÃES, N. Araujo. Les nouvelles configurations du travail formel au Brésil. In: GEORGES, I.; LEITE, M. e DE PAULA M. (Orgs.), *Les nouvelles configurations du travail et l'Économie sociale et solidaire au Brésil*, Paris, l'Harmattan, 2012, p. 29-51.
- IBGE, Censo agropecuário de 2006. Resultados preliminares, 2006. On-line. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1109#resultado>>. Acesso em: 01/12/2020.
- KILANI, M. *Anthropologie: Du local au global*. Armand Colin, Collection U (Sciences humaines et sociales), 2e ed., 2012.
- LIMA, P. J. B. F.; M.C.A. PINHEIRO, M. C. A. Uma abordagem das relações sociais em experiências de produção e comércio de produtos ecológicos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "Responsabilidade Social y el Comercio Justo en la Producción Orgánica de America Latina". Cochabamba, Bolívia, 1-5 de outubro 2001.
- LOMBARDI, M. R. Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Novas configurações do trabalho e economia solidária. In: GEORGES, I.; LEITE, M. (Orgs.), *Economia solidária et novas configurações do trabalho*, São Paulo: Annablume, 2012, p.109-134.
- MARSDEN, T. The quest for ecological modernisation: Re-spacing rural development and agri-food studies. *Sociologia ruralis*, v. 44, n. 2, p. 129-146, 2004.
- MULLER, N. L. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 43, p. 83-130, 1996.
- NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- QUEIROZ, M. I. P. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *The journal of peasant studies*, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.
- SCHULTZ, G. *Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SOUZA, M. C. M.; RAMOS, S. F.; MONTEIRO, A. V. Transformações recentes da Agricultura Orgânica em São Paulo, *Análises e Indicadores do Agronegócio (IEA)*, v. 8, n. 6, 2013.
- STASSART, P. M. ; BRANDENBURG, A. Les systèmes participatifs de garantie comme critique de la certification et nouveau mode de gouvernance? Colloque "Les transversalités de l'agriculture biologique", Université de Strasbourg, p. 23-24, juin 2011.

RESUMO

Este artigo analisa as trajetórias de conversão para agricultura orgânica de agricultores familiares localizados na região metropolitana de São Paulo durante os anos 1990 e 2000. Esta conversão ocorreu sob o impulso inicial de indivíduos ligados ao movimento da teologia da libertação e depois da estruturação posterior de um mercado regional em torno da grande distribuição. O texto mostra como a integração desses agricultores em um sistema de mercado regido por lógicas capitalistas foi acompanhada, localmente, por uma profissionalização da agricultura e pela implantação de lógicas e estruturas empresariais. Mostra também como estas dinâmicas de modernização ecológica, embora contribuindo para a geração de uma nova elite rural e de novas formas de desigualdade social, parecem ao mesmo tempo poder contribuir para a manutenção da agricultura em um contexto de forte pressão urbana, para o retorno dos jovens a esta atividade e para a construção de territórios de qualidade ecológica. Nesse sentido, ele indaga se existiriam contextos nos quais a modernização ecológica seria um compromisso aceito por defensores de uma alternativa mais radical? Qualquer que seja a resposta a essa pergunta, a demonstração aqui proposta sublinha a importância de reintegrar a análise das trajetórias ecológicas agrícolas em um estudo mais geral das mudanças sociais, particularmente em seus componentes locais.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura orgânica. Modernização ecológica. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This paper analyzes small farmers' trajectories in converting to organic farming in the metropolitan region of São Paulo during the 1990s and 2000s. The conversion occurred under the initial push of individuals connected the movement of the Theology of Liberation and after the structuring of a regional market around large-scale distribution. The paper shows how the integration of these farmers in a market system ruled by capitalist logic was accompanied, at the local level, by the professionalization of agriculture and by the implantation of corporate structures and logic. It also shows how these ecologic modernization dynamics, while contributing to the creation of a new rural elite and new forms of social inequality, seem to also be able to contribute to the maintenance of farming in a context of strong urban pressure, to the return of young people to farming, and the construction of territories of ecologic quality. In this sense, it questions whether contexts exist in which ecologic modernization would be a compromise accepted by defenders of more radical alternatives? Whichever the answer to this question, the answer we propose underlines the importance of reintegrating the analysis of the ecologic farming trajectories to a broader study of social changes, mainly in its local components.

KEYWORDS

Organic farming. Ecologic modernization. Family farming.

Recebido em: 03/08/2020

Aprovado em: 13/11/2020

